

VAMOS BARRAR A PRIVATIZAÇÃO E OS ATAQUES À NOSSA PREVIDÊNCIA

Prefeitura anuncia apenas 6,56%. Categoria tem que se mobilizar para conquistar índice maior

Fotos: Samuel Tosta



Profissionais da educação da rede municipal estão mobilizados para exigir 21% de reajuste e impedir o sucateamento do Previ-Rio

Nos últimos meses, os profissionais da rede municipal têm se mobilizado para impedir que o prefeito Eduardo Paes promova uma reforma no sistema previdenciário municipal, por meio da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 041 e do Projeto de Lei nº 1.005. Estes PLs foram enviados para votação na Câmara Municipal em caráter de urgência. Caso sejam aprovados, implicarão em profundas mudanças e ameaças aos direitos na aposentadoria dos servidores municipais – leia mais na página 3.

O Sepe realiza um seminário sobre a reforma da Previdência, no dia 13 de agosto, na ACM (Rua da Lapa, 86), aberto a todos os profissionais de educação. Logo após o seminário, às 14h, ocorrerá assembleia geral da rede municipal, também na ACM.

03 DE AGOSTO

**CONSELHO
DELIBERATIVO
18h - no Sepe**

13 DE AGOSTO

**SEMINÁRIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA
9h - na ACM
(R. da Lapa, 86/Centro)
ASSEMBLÉIA GERAL
14 horas - na ACM**

27 DE AGOSTO

**ENCONTRO
DE REPRESENTANTES
DE ESCOLA
9h - no Sepe**

Falência da meritocracia: bônus foi extinto em Nova York

Meritocracia em crise no mundo todo. Só falta “cair a ficha” no Brasil

Uma das fontes de inspiração para diversos governos estaduais e municipais, entre os quais Sérgio Cabral e Eduardo Paes, o modelo meritocrático americano a cada dia afunda mais. Matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 20 de julho, registrou o anúncio do cancelamento do bônus por desempenho concedido para os professores das escolas em Nova Iorque. Segundo a reportagem, assinada por Fábio Takahashi, os americanos desistiram da concessão do bônus por mérito depois de um estudo mostrar que as escolas participantes do programa não tiveram desempenho melhor do que as que ficaram de fora dele.

Os dados utilizados para o estudo foram coletados a partir do início do projeto (em 2007/2008). O modelo que está sendo colocado em questão é o que serve de matriz para a rede municipal do Rio: metas estabelecidas por escola, com peso para o de-

sempenho dos alunos nas avaliações e premiação para os profissionais das unidades que alcançam as metas estabelecidas.

Meritocracia não resolve o problema da educação

No ano passado uma das mentoras da meritocracia, a ex-secretária adjunta de educação dos EUA, Diane Ravitch, já havia publicado um livro, em que reconhecia a falência do sistema que ela ajudou a desenvolver. O Sepe deu ampla divulgação para as declarações de Ravitch, a partir de uma entrevista concedida por ela para o Jornal Estado de São Paulo. A Regional 3 fez uma entrevista com a professora através da internet, na qual ela afirma que reviu sua posição a respeito da meritocracia, depois da constatação que o sistema de avaliações não representou qualquer avanço no desenvolvimento pedagógico dos alunos, muito pelo contrário.

MERITOCRACIA É UM ATAQUE AOS PROFISSIONAIS. QUEREMOS PLANO DE CARREIRA UNIFICADO

O anúncio de um reajuste de apenas 6,5% representa o descaso que o prefeito Eduardo Paes tem com o conjunto do funcionalismo. As declarações feitas à imprensa apresentavam um cenário de valorização salarial com a antecipação do décimo terceiro salário (algo que já acontece a muitos anos) e o pagamento do 14º. Porém o 14º salário não é concedido a todos os profissionais de educação. Faz parte de um projeto que acaba com a autonomia pedagógica, exclui aposentados, impõe avaliações externas e pune os vários colegas que muitas vezes adoecem por falta de condições de trabalho. A maioria das escolas

“premiadas” ano passado não está entre as contempladas de 2011.

Não são avaliações externas, nem metas que garantirão a melhoria do aprendizado dos alunos. Esta política meritocrática divide os profissionais e tem como único objetivo transformar a escola em uma fábrica. Por isso exigimos da Prefeitura um Plano de Carreira Unificado, que valorize o tempo de serviço e a formação, melhores condições de trabalho, concurso público, chamada dos concursados, fim das terceirizações, aplicação dos 25% das verbas e o fim da privatização.

Comunidade da EM Jornalista Orlando Dantas protesta

Os profissionais da EM Jornalista Orlando Dantas têm recebido constantes visitas da 4ª CRE. Será que tais “visitas” têm acontecido por conta de um manifesto que esses profissionais produziram, assinaram disponibilizaram no site do Sepe. Neste manifesto,

os profissionais de educação da escola apresentaram seu posicionamento contrário às avaliações externas da rede municipal. Será esse o real motivo?

A Constituição garante a liberdade de opinião, ou não? A LDB também garante aos

profissionais liberdade e autonomia no trabalho pedagógico. Portanto, tais ações de caráter intimidatório, não irão demover aqueles professores e funcionários de lutar em prol de uma educação pública de qualidade, com o apoio do Sepe.



Boletim do Sepe - Rede Municipal/RJ é uma publicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
R. Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-040 -
Tel.: 2195-0450-
www.seperj.org.br
Tiragem desta edição: 10.000

Autonomia Pedagógica é outra frente de luta importante

Além da mobilização contra os PLs, há um segundo eixo da luta da categoria, também muito importante: o fim da privatização e a defesa da autonomia pedagógica nas escolas. Esta é constantemente ameaçada pelos projetos do prefeito e da secretária de Educação Cláudia Costin através da abertura das unidades municipais para os interesses da iniciativa privada, como ONGs, Institutos e Fundações. Desde o início deste governo, a prefeitura gasta milhões de reais para a manutenção de projetos de cunho privatizante nas escolas, com a participação destas organizações privadas, que interferem com o andamento do trabalho pedagógico e que tem resultados pífios para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

A prefeitura e a SME lançaram o programa "Apóie uma Escola/Creche" e deram mais um passo no seu projeto de incentivar a entrada da iniciativa privada nas escolas e creches municipais. O projeto, cujo texto pode ser encontrado no Decreto N° 30871 de 6 DE JULHO 2009, cria condições para que empresários, pessoas físicas ou instituições possam participar do programa por meio de uma parceria com a SME para "beneficiar" uma unidade escolhida por eles. Ou seja, mais uma vez, Eduardo Paes, ao invés de investir o que deveria na educação municipal, como determina a Constituição Federal, quer se desobrigar de tarefas básicas, como manter as escolas da rede municipal.

É importante lembrar que a PL 1005, que trata da capitalização do FUNPREVI, permite que parte dos 25% da verba para a educação seja utilizado no pagamento de aposentadorias e pensões.

Considerando que a Prefeitura não aplica este valor nas escolas e que ainda transfere a maior parte para a iniciativa privada, entendemos o verdadeiro objetivo de Paes: privatizar a escola pública. Afinal qual valor sobrar para que as escolas e creches consigam garantir seu funcionamento e um ensino de qualidade?

Prefeitura ataca a autonomia das escolas

Segundo a prefeitura, a idéia se inspira em exemplo de alguns países e visa incentivar a participação da comunidade na vida das escolas por meio de iniciativas variadas, como realização de pequenas obras, ações de voluntariado, doações de materiais e até realização de excursões com os alunos, entre outras possibilidades. Ou seja, assim como já faz com a implantação do sistema meritocrático, baseada em exemplos que, comprovadamente não deram certo (como provam casos relatados pela imprensa em Nova Iorque e São Paulo – leia página 2), o governo municipal agora também não quer gastar nem com a melhoria da infra-estrutura do sistema educacional municipal.

Além de atacar a autonomia pedagógica das escolas, o programa é uma séria ameaça para



O funcionalismo está mobilizado contra o PLC 41

o processo ensino-aprendizagem dos alunos, ao permitir que os interesses privados passem a influenciar na adminis-

tração das escolas, já que a lógica empresarial visa o lucro e não o desenvolvimento pedagógico dos nossos alunos.

FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO EM LUTA CONTRA A EXTINÇÃO DA CATEGORIA

Atualmente, convivemos com um processo de extinção dos funcionários das escolas municipais. Por meio de uma política nefasta, que não valoriza o importante papel pedagógico dos funcionários e os expõe às piores condições possíveis de trabalho, o que acarreta o surgimento de uma série de doenças do trabalho, o governo municipal reduz cada vez mais o quadro de profissionais concursados, substituídos por trabalhadores terceirizados.

Os serventes e as merendeiras são substituídos pela Comlurb, a empresa de limpeza pública

municipal. Os agentes educadores, por mães voluntárias; os agentes administrativos por professores readaptados; os auxiliares de creches pelas OS; os agentes de portaria por porteiros contratados.

Com base neste preocupante quadro, o Sepe fará uma campanha contra a extinção do funcionário de escola, tendo como principais eixos a chamada dos concursados e a realização de concurso público para contratação de profissionais. Temos que denunciar este quadro e mostrar para a população o que o prefeito e a secretária estão fazendo com os funcionários.

Contra a meritocracia, valorização já!

Paes tem dinheiro para empresas, mas não tem para a educação

O Dieese fez uma análise para o Sepe que comprovou que o prefeito Eduardo Paes, trabalhando com o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pode aumentar os gastos com pessoal em até 26,72% ainda este ano. O prefeito, assim, pode gastar a mais com salários cerca de R\$ 1,4 bilhão, sem ferir a lei. Também por este estudo, entre 2006 e 2010, a arrecadação municipal cresceu quase 31%, mas as despesas de pessoal subiram apenas 8,74%. Dessa forma, a prefeitura, nas gestões César Maia e Eduardo Paes, com o arrocho de seus servidores, aumentou o seu faturamento de caixa.

Mesmo considerando as determinações da LRF, o levantamento do Dieese mostra que, hoje, o prefeito poderia conceder um reajuste muito maior do que o anunciado em junho, de apenas 6,56%.



Porque os profissionais das escolas municipais do Rio têm que lutar

1) A prefeitura aumentou em 30,78% a arrecadação municipal. Mas isso não se refletiu em melhorias das condições de trabalho nem em aumento salarial. Nosso reajuste foi de miseráveis 6,5%;

2) A prefeitura não aplica os 25% das verbas na educação, mas a maioria das escolas precisa de reformas, não tem quadra de esportes e as salas são super lotadas;

3) Faltam professores e funcionários nas escolas e creches. Não temos um Plano de Carreira Unificado. 80% das funções foram extintas no quadro funcional das escolas.

4) Os agentes auxiliares de creche são super explorados com a dupla função e as merendeiras estão sendo extintas.

5) A escola pública está sendo privatizada. Institutos e Fundações hoje determinam qual a proposta pedagógica que os profissionais devem aplicar, impõe avaliações externas padronizadas não levando em conta a realidade de cada escola, nos transformam em meros aplicadores de apostilas e o aprendizado de nossos alunos em números.

6) O Plano de metas transforma a educação em uma fábrica, desvaloriza os profissionais e retira dos alunos o acesso ao conhecimento.

7) A prefeitura vendeu nossa aposentadoria como moeda de troca para o empréstimo com o Banco Mundial através do PLC 41. Agora quer que paguemos o rombo do FUNPREVI com o PL1005. tia dos nos nossos direitos



Câmara Municipal virou o principal alvo na luta pela garantia dos nossos direitos